

28 de Outubro 2019
Segunda-feira
Semanário - Ano 4
Nº 182
Director-Geral
Evaristo Mulaza



EXPANSÃO DA ECONOMIA EM 2020 EM XEQUE

Governo inscreve blocos no OGE que não garantem produção

CRESCIMENTO. Contra as projecções que estendem o quadro de recessão para o próximo ano, o Governo traça a trajectória da recuperação económica a partir de 2020. E para isso conta com a entrada em funcionamento de alguns blocos petrolíferos que vários especialistas colocam fora do circuito de produção no curto prazo. Há inclusivamente pelo menos um bloco (o 4/05), cujo primeiro poço deu em seco, segundo fonte ligada aos investidores. **Págs. 4 e 5**



ALVES DA ROCHA SOBRE AS MEDIDAS DO BNA

“Não sei se sabem dos efeitos”



DINHEIRO. A liberalização da taxa de câmbio e o aumento do coeficiente das reservas obrigatórias de 17 para 22,5% estão longe de gerar consensos. Vários operadores suspeitam que as novas medidas do BNA estimulem sobretudo o mercado informal. O reputado economista Alves da Rocha questiona-se se as autoridades têm, de facto, noção dos seus efeitos, sobretudo, no plano social. **Pág. 8**

REFORMAS NA TRANSPORTADORA

TCUL manda mais de 100 para casa

A administração da Tcul prepara-se para assinar um acordo com a Segurança Social que vai permitir o pagamento da reforma a 113 trabalhadores. Ao todo, a empresa prevê reduzir a força de trabalho em 15,15% e a administração afirma que os problemas são do passado. **Pág. 10**

DENÚNCIA DE CORRUPÇÃO

Baptista Borges está “tranquilo”

JUSTIÇA. Denúncias postas a circular, nas últimas semanas, apontam um alegado envolvimento do ministro da Energia e Águas em esquemas de corrupção. Fonte próxima ao governante diz que o ministro está “tranquilo” e a PGR nega qualquer processo. **Pág. 6**



Editorial

EMPRESÁRIOS TÊM RAZÃO

No seu discurso sobre o 'estado da Nação', o Presidente da República destacou a subida de duas posições no ranking global do 'Doing Business' de 2019. Vários empresários contestaram as conclusões do relatório do Banco Mundial, conhecidas desde o princípio do ano. E menos de duas semanas depois da presença de João Lourenço na Assembleia Nacional, eis que a instituição divulga o 'Doing Business' de 2020 que, no essencial, ratifica o cepticismo da classe empresarial.

Para o mais recente estudo, o ambiente de negócios no país piorou significativamente no último ano. Entre 190 economias analisadas, Angola passa agora para a 177.^a posição, perdendo quatro lugares e sendo ultrapassada até pela Guiné Bissau (174.^a) entre os lusófonos.

O estudo do Banco Mundial, apoiado em "rigorosas pesquisas e metodologias", como assinala o prefácio da edição de 2019, abre assim um campo de interpretações contraditórias sobre a agenda de reformas. Dois indicadores conexos ficam, entretanto, claros. Primeiro, é ponto assente que o grosso dos agentes económicos não partilha do entusiasmo governamental sobre o curso da economia. Segundo, não é apenas certo que algumas reformas prioritárias estão a ser adiadas, como é também seguro que determinadas medidas estão a produzir efeitos perversos. Basta ter-se em conta que, entre os dez indicadores analisados, nove são associados directamente à intervenção decisiva de instituições do Estado. O caso da execução de contratos é o mais ilustrativo. Neste particular, Angola é simplesmente um dos quatro piores países do mundo para se fazer negócios. E, claro, não é uma ques-

tão de casualidade, é uma relação de causalidade.

Nos últimos dois anos, o Governo de João Lourenço empenhou-se de corpo e alma a revogar contratos, com argumentos politicamente motivados. Pelo menos na opinião de muitos. Porque apenas razões políticas explicam os casos em que uma mesma justificação tenha servido para duas decisões antagónicas. Situações em que projectos bilionários foram retirados de determinados empreiteiros, porque os teriam recebido sem concurso público, e transferidos para certas pessoas sem concurso público.

O raciocínio é simples. Qualquer indivíduo que pense está obrigado a cogitar que qualquer dia o filme se repete. A deterioração do ambiente de negócios é, portanto, um facto inquestionável. E é preciso ter-se em conta que o 'Doing Business' sequer incluiu a degradação das condições macroeconómicas entre os indicadores avaliados.



FICHA TÉCNICA

Director-Geral: Evaristo Mulaza
Directora-Geral Adjunta: Geralda Embaló

Editor Executivo: César Silveira
Redacção: Antunes Zongo, Isabel Dinis, Júlio Gomes e Suely de Melo
Fotografia: Mário Mujetes (Editor) e Santos Samuessa
Secretária de redacção: Rosa Ngola

Paginação: Edvandro Malungo, Francisco de Oliveira e João Vumbi
Revisores: Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló

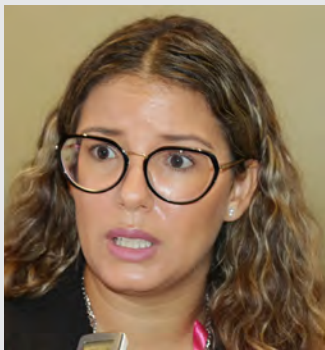
Colaboradores: Cândido Mendes e Mário Paiva
Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda
Tiragem: 00 N.º de Registo do MCS: 765/B/15

GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração:
Geralda Embaló e Evaristo Mulaza
Assistente da Administração: Geovana Fernandes
Departamento Administrativo: Jessy Ferrão e Nelson Manuel
Departamento Comercial: Geovana Fernandes

Tel.: +244941784790-(1)-(2)
N.º de Contribuinte: 5401180721
N.º de registo estatístico: 92/82 de 18/10/82
Endereço: Rua Fernão Mendes Pinto, n.º 35, Alvalade, Luanda/Angola, Telefones: +244 222 320510; 222 320511 Fax: 222 320514
E-mail: administracao@gem.co.ao; comercial@gem.co.ao

A semana

3 PERGUNTAS A...



YONNE CASTRO, administradora executiva do Standard Bank

O que representa para as mulheres empresárias angolanas a parceria entre a 'Lioness of Africa' e o Standard Bank?

Essa parceria visa fomentar o empresariado feminino. O Standard Bank acredita firmemente na criação de uma economia inclusiva e sentimos ter chegado a hora essencialmente de criar essa parceria para facilitar o dia-dia das mulheres empresárias, porque a 'Lioness of África' é uma rede empresarial que permite as mulheres partilharem seus negócios.

Quando foi celebrado esse acordo?

O Standard Bank é parceiro da 'Lioness of Africa' há cinco anos, em muitas geografias africanas, em que o banco se faz presente. E só agora Angola se juntou a esta parceria. O banco está presente em mais de 18 países, é caso para dizer que a iniciativa será benéfica para as mulheres empresárias.

Além da conectividade entre empresárias, o banco poderá estender algum tipo de apoio financeiro às empresárias?

Não necessariamente. O nosso apoio é oferecer uma rede de negócios. Ou seja, as mulheres operam em diversos ramos, e podemos identificar clientes ou fornecedores nossos que necessitem do serviço que elas realizam e conectá-los. Muitas vezes elas não precisam de empréstimos financeiros, mas de conectividade com clientes e parceiros.

TERÇA - FEIRA

O Ministério dos Recursos Minerais e Petróleos realiza no Dubai, o segundo 'Roadshow' do projecto de refinaria do Soyo, a ser implementado no Zaire. O primeiro foi feito no início do mês, em Luanda.

QUARTA - FEIRA

O governador do Banco Nacional de Angola, José de Lima Massano, anuncia a liberalização do mercado cambial, com o objectivo de alterar o actual quadro caracterizado por uma procura superior que a oferta.

QUINTA - FEIRA

A TAAG anuncia a suspensão dos voos directos entre Luanda e o Rio de Janeiro, Brasil, justificando-se com a reestruturação da rede de rotas. A companhia ligava as duas cidades há mais de uma década.



SEXTA - FEIRA

O Governo informa que vai começar a recolher contribuições para legislar o voluntariado no país. Segundo comunicado governamental, a conclusão da lei depende em grande medida das contribuições dos ministérios, empresas e da sociedade civil.



SÁBADO

O embaixador angolano em Portugal, Carlos Fonseca, convidou as empresas portuguesas a reforçarem a presença no mercado nacional. Num encontro com empresários, em Portugal, o diplomata fez referência à aprovação de leis e incentivos fiscais.



DOMINGO

O Ministério das Finanças denuncia a circulação nas redes sociais de uma lista intitulada "Tabela de Preços Oficiais Actualizada de Produtos da Cesta Básica com IVA incorporado", alertando que a informação não tem qualquer respaldo legal.



COTAÇÃO



BREXIT 'PINTA' EUROPA EM VERDE...

As bolsas europeias fecharam esta segunda-feira em alta impulsionadas pelo anúncio da extensão do prazo do Brexit, fixado para 31 de Janeiro, que contraria a posição do primeiro-ministro Boris Johnson que ao tomar posse manifestou-se contra uma possível prorrogação do prazo. A bolsa italiana (FTSE MIB) registou o maior avanço, 0,38%, seguindo-se da Alemã (DAX), 0,37%.



...E CHINA PROVOCA QUEDA DO PETRÓLEO

Os contratos futuros de petróleo para entrega em Dezembro fecharam em queda esta segunda-feira, 28.10, cenário justificado com a queda nos lucros industriais da China em cerca de 5,3%. O petróleo WTI registou um recuo de 1,50% com o barril a ser negociado por 55,81. Já o preço do Brent caiu 0,73%, fixando-se em 61,57. Na semana passada, o petróleo terminou em alta com o Brent a registar ganhos de 4,4% e o WTI de 5,4%.

21



SEGUNDA-FEIRA A presidente do conselho de administração da Ende, Ruth Safeca, anuncia que mais de um milhão de clientes que ainda pagam por estimativa estarão inseridos no sistema pré-pago até 2022.

Economia/Política

ANALISTAS QUESTIONAM PROJECCÕES ECONÓMICAS, APOIADAS NO IMPROVÁVEL CRESCIMENTO DO PETRÓLEO

OGE com blocos que podem

ANÁLISE. Executivo perspectiva crescimento do PIB de 1,8%, mas as previsões do sector petrolífero levantam interrogações sobre o alcance da meta. Estão inscritos Blocos que, em princípio, podem não produzir em 2020.

Por César Silveira



Em rara ocasião, João Lourenço chamou os ministros ao Palácio num sábado para tomarem decisões sobre o OGE.

É

“bastante optimista” o crescimento de 1,5% previsto para o sector petrolífero no Orçamento Geral do Estado de 2020,

que inscreve a entrada em produção de novos blocos e o reinício de outros.

O alerta é de vários analistas que, entre outras matérias, chamam a atenção para o facto de alguns desses blocos poderem gerar resultados apenas dentro de dois a três anos.

O investigador do Centro de Estudos e Investigação (Ceic) da Universidade Católica José Oliveira acredita que, em termos de produção, no limite, se vai conseguir cobrir a queda natural da produção “o que já seria bom”, mas “crescer?!” questiona. “É difícil entender onde foram buscar estas previsões. Parece bas-

tante optimista”, acresce.

Segundo a proposta do OGE para 2020, o crescimento previsto passa pela “execução dos programas de manutenção e inspeção visando a eficiência operacional acima dos 95%” e ainda pelo reinício de produção dos campos Raia, Bagre e Albacore no Bloco 02/5.

Está também prevista a entrada em produção do campo Agogo, fase 1, no Bloco 15/6 com uma produção média anual de oito mil barris/dia, assim como do projecto Gimboa Noroeste no Bloco 4/05 com uma produção de quatro mil barris/dia.

No global, o Executivo pers-

pectiva uma produção média diária de 1.436,9 (1.536,7 com os condensados) e um preço médio de 50,9 dólares por barril. José Oliveira considera “difícil” alcançar-se qualquer um dos indicadores. “Em relação à produção, pode contar com o Bloco 32 que não trabalha desde Janeiro, mas as novas produções não conseguem sequer cobrir as perdas que se estão a registar este ano que são bastante elevadas”, verifica.

Quem também considera “bastante optimista” a previsão do Executivo é Pedro Godinho. Em relação aos blocos inscritos no OGE para garantirem

3.2 FLUXOS GLOBAIS E PARCIAIS DA DESPESA ORÇAMENTAL



A AGT divulgou uma lista dos agentes económicos que aplicam de forma correcta o imposto sobre o valor acrescentando (IVA) desde a sua entrada em vigor a 1 de Outubro. As boas práticas, segundo a AGT, passam pela “eliminação do imposto de consumo” que continuou a ser cobrado por muitas empresas mesmo depois do início do IVA.

A falhar produção



15,8

Biliões de kwanzas, total de receitas e despesas previstas na planificação financeira do Governo para o próximo ano.

1,8

Por cento, projecção de crescimento do produto interno bruto em 2020, como inscrito no OGE.

1,4

Milhões de barris/dia, produção média de petróleo esperada para o ano em curso.

aumento da produção, salienta que estes “são para ter resultados dentro de dois a três anos e mesmo assim não é para garantir o crescimento do sector, mas essencialmente para manter”.

Entretanto, fonte da Agência Nacional de Petróleo e Gás afirma que a produção inscrita está dentro da previsão. “Este ano, a produção será de cerca de 1,4 milhões de barris/dia e, para o próximo, com 1.5% de crescimento, estaríamos no 1.421.000. É previsão, não algo exacto”, sublinhou.

POÇO DEU EM SECO

O projecto Gimbo, no Bloco 4/05,

que está inscrito com uma previsão de quatro mil barris/dia pode iniciar a produção apenas em 2022, visto que o primeiro poço feito deu ‘em seco’, significando que o grupo empreiteiro terá de preparar as condições para um segundo poço. “Até mobilizar as sondas e preparar as operações, a produção só pode ter impacto no orçamento de 2022”, estimou Pedro Godinho, calculando em cerca de 40 milhões de dólares o investimento “torrado” na primeira tentativa.

PETRÓLEO EM QUEDA

Por outro lado, Pedro Godi-

nho estima que o petróleo “não terá muito para dar nos próximos dois anos”, justificando-se com a mudança de paradigma no mercado petrolífero mundial.

Lembra que, este ano, aconteceram incidentes e conflitos que, no passado, teriam impactado consideravelmente no preço, mas o que se “verificou foi um pico e depois os preços voltaram a baixar”, referindo-se, entre outros, ao incêndio nas instalações petrolíferas da Arábia Saudita e as sanções dos Estados Unidos contra o Irão. “Isso significa que a oferta é maior que a procura”, analisa Godinho, atribuindo a causa do aumento à produção norte-americana, que passou de seis para cerca de 13 a 15 milhões de barris/dia desde 2006. “Agora os Estados Unidos só têm necessidade ir buscar de cinco milhões de barris quando iam buscar cerca de 13 milhões”, confere.

Por outro lado, acrescenta, “todos os dias se descobre petróleo, o que vai inundar o mercado” pelo que “a estratégia da OPEP de cortar a produção não vai funcionar”.

OGE EM NÚMEROS

No global, o OGE inscreve receitas e despesas de mais de 15,8 biliões de kwanzas, mais 4,5 biliões face ao OGE em execução. Para o sector não-petrolífero, o crescimento perspectivado é de 1,9% contra os 1,5% do petrolífero, colocando-se em 1,8% a expectativa de expansão da economia. Para este crescimento a estratégia do Executivo passa pela implementação do Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição de Importações (Prodesi). Ancora-se também na hipótese de surgimento de MPME, na concessão de microcrédito e crédito com juros bonificados, à luz do Projecto de Apoio ao Crédito, assim como pela efectivação do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios e do Plano de Acção para a Promoção da Empregabilidade.

Todas as segundas-feiras Angola tem mais...

Assinaturas:
 assinaturas@gem.co.ao
 comercial@gem.co.ao



GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA
 Contactos comerciais: 941 784 791 - 941 784 792
 Rua Fernão Mendes Pinto, nº 35, Alvalade, Luanda - Angola

Economia/política

ALEGADO DESVIO DE MAIS DE USD 16 MILHÕES DA ENERGIA E ÁGUAS

Ministro Baptista Borges está “tranquilo”

SUSPEITAS. Entre várias acusações que circularam nas redes sociais contra o ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, uma faz referência a uma transferência de 16 milhões de dólares do Ciclo Combinado do Soyo para uma empresa supostamente falida com sede no Funchal.



João Baptista Borges, ministro da Energia e Águas

Por Júlio Gomes

O ministro João Baptista Borges “está tranquilo e nada teme” em relação às denúncias públicas, dando conta do seu suposto envolvimento em esquemas de corrupção. A garantia é de uma fonte próxima ao titular da Energia e Águas, assegurando que o processo já se encontra na Procuradoria-Geral da República por se tratar de “um processo bicudo”.

Documentos expostos nas redes sociais, nas últimas semanas, reportam, entre outros, o suposto pagamento de mais de 16 milhões de dólares pela

China Machinery Engineering Corporation (CMEC) à empresa Boxinvest Lda. Dinheiro alegadamente parte do financiamento do ‘ciclo combinado’, já em funcionamento no Soyo, avaliado em pouco mais de 900 milhões de dólares.

Ao VALOR, a fonte próxima ao governante explica que o processo das barragens é “bicudo” e garante que as acusações contra o ministro resultam da decisão de rescindir alguns contratos milionários como são os que estavam atribuídos à Aenergia. “É uma máfia que manipulou o ex-Presidente José Eduardo dos Santos e recebeu cerca de 14 contratos ‘mal paridos’, que já lhes permitiu o aboletamento de muitos milhões de dólares.” “O ministro é dos que não aceitaram alinhar nessa chantagem e vai daí, alguns títulos que saíram nalgumas publicações dentro e fora do país”, refere a fonte, acrescentando que as provas “já

se encontram nos Serviços de Investigação Criminal. Há uma campanha para ‘destruir’ o bom nome do ministro”, acentua.

O mesmo contacto afirma ainda que, “no quadro dos processos autorizados no final de mandato de JES, designadamente, para a construção de barragens e outros sistemas de geração de energia, por exemplo, no Soyo, há casos e até documentos falsos que foram apresentados ao anterior chefe de Estado e são estes que, não tarda, serão alvo de investigação, na sequência de um despacho presidencial que deve sair nos próximos dias a anular mais contratos da Aenergia”.

Além do alegado desvio de financiamento destinado às barragens, João Baptista Borges foi também acusado pelos sindicalistas da Empresa Provincial de Águas de Luanda (Epal) de se ter beneficiado do sistema de distribuição de água mais conhe-

cido por ‘girafa’, que potencia a comercialização a preços especulativos do precioso líquido em camiões-cisterna por quase toda a periferia da cidade de Luanda.

PGR NEGA INVESTIGAÇÃO

Instado a propósito pelo VALOR, o porta-voz da Procuradoria-Geral da República, Álvaro João, afirmou que a entidade ainda não começou a investigar o caso relacionado com as denúncias que envolvem o ministro João Baptista Borges. E informou que tanto na Direcção Nacional de Investigação e Acção Penal (Dniap), como na Direcção Nacional de Prevenção e Combate à Corrupção (Dnpcc) “não há processo nenhum sob investigação” contra o titular da Energia e Águas. Admite, no entanto, que “o caso deve estar a transitar ainda pelos órgãos administrativos superiores”.

“Tratando-se de um expediente que envolve um ministro

MEMORIZE

● **Instado** a propósito pelo VALOR, o porta-voz da Procuradoria-Geral da República, Álvaro João, afirmou que a entidade ainda não começou a investigar o caso relacionado com as denúncias que envolvem o ministro João Baptista Borges.

é tratado, em primeiro plano, pelos órgãos centrais do Executivo para depois ser submetido à procuradoria” reiterou, acrescentando que, “havendo denúncias, a PGR ‘ataca’ imediatamente”.

Álvaro João apela para a necessidade de se ter “cuidado”, porque “nem sempre as denúncias correspondem à prática, sendo preciso investigar com calma, mas profundamente para chegarmos às causas”.

DENÚNCIA DE ISABEL DOS SANTOS SOB INVESTIGAÇÃO

Por outro lado, o porta-voz da PGR garante que a instituição “não está parada no tempo e continua a investigar outros casos como da queixa que a engenheira Isabel dos Santos abriu contra o ex-PCA da Sonangol Oliveira Saturnino”, assim como “está em inquérito o ‘processo Sonair’, envolvendo o antigo vice-Presidente da República, e actual deputado do MPLA, Manuel Domingos Vicente, em que também está implicado um enteado seu”.



UNITEL
EMPRESAS

Office+

VOZ FIXA + INTERNET FIXA

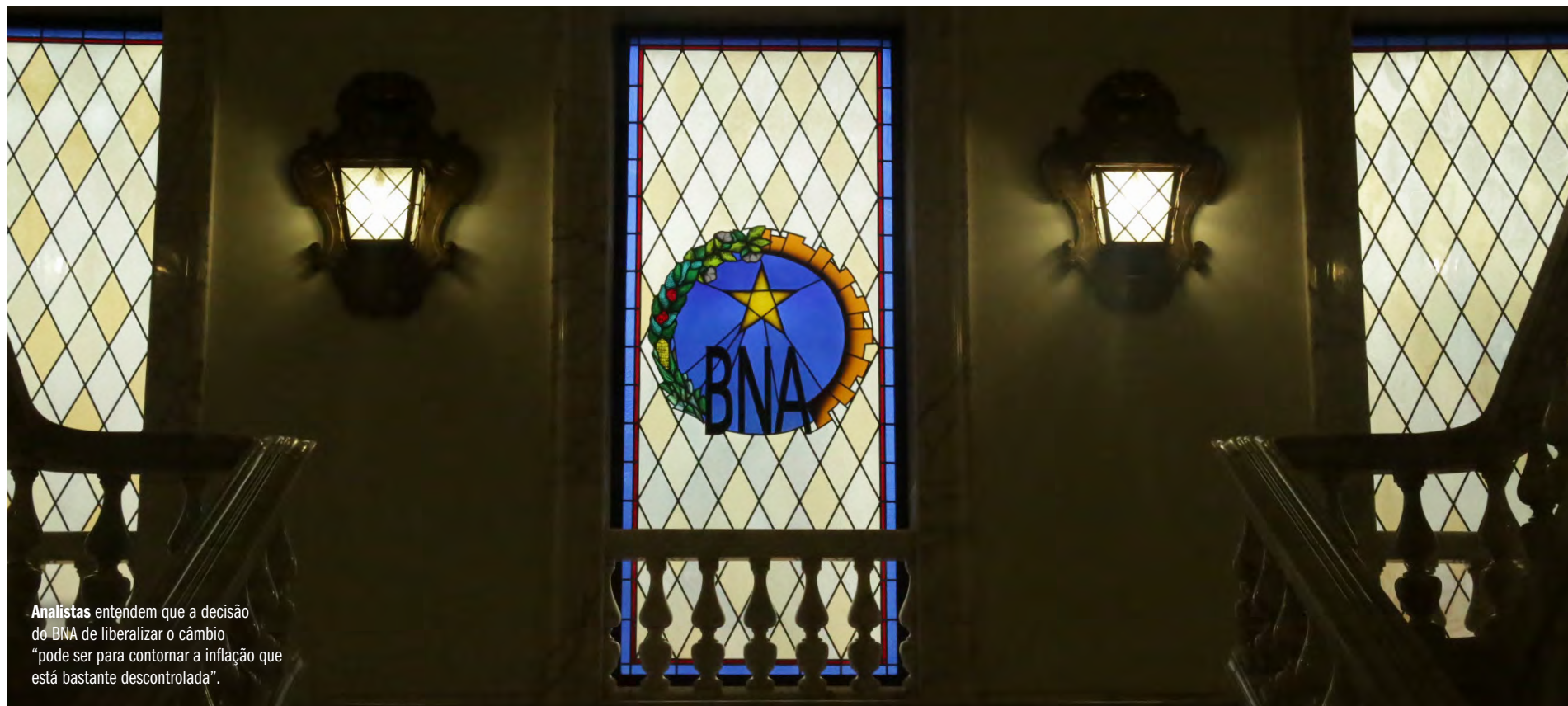
**+
SIMPLES
ECONÓMICO
RÁPIDO**

**+
PLANOS DE VOZ
A PARTIR DE
2.880 KZ**

**+
VELOCIDADE
MÁXIMA
4Mbps**

www.unitel.ao

Mercados & Negócios



Analistas entendem que a decisão do BNA de liberalizar o câmbio “pode ser para contornar a inflação que está bastante descontrolada”.

Mário Marques © VE

ANALISTAS PREOCUPADOS COM EFEITOS DAS NOVAS MEDIDAS DO BNA

Bancos com menos divisas e câmbio informal a disparar

POLÍTICA MONETÁRIA E CAMBIAL. Banco central retira liquidez da banca, reduzindo capacidade de oferta de crédito e de cambiais. Banqueiros prevêem maior procura de divisas no mercado informal.

Por César Silveira

Os bancos terão menos capacidade de aquisição de divisas e, conseqüentemente, haverá uma maior procura pelo mercado informal onde o câmbio deverá disparar nos próximos dias, aumentando o ‘gap’ entre o oficial e o paralelo.

A conclusão é de diversos ‘stakeholders’ da banca e finanças abordados pelo VALOR na sequência das últimas decisões do BNA, sobretudo o aumento do coeficiente das reservas obrigatórias em moeda nacional de 17% para 22,5%. “O dinheiro dos bancos está

dividido entre a dívida do Estado (que volta e meia vai sempre solicitar mais), a liquidez para crédito e as reservas obrigatórias. Quando somos obrigados a aumentar o valor das reservas, isto reduz significativamente a nossa capacidade de aquisição de divisas e até mesmo de crédito, sobretudo porque os depósitos já têm vindo a diminuir devido à perda de poder de compra das pessoas”, argumenta o CEO de um dos bancos do ‘top 5’.

Os banqueiros acreditam ainda que, perante a indisponibilidade de divisas no mercado formal, o BNA vai culpar os bancos com o argumento de que as mesmas estão disponíveis, mas os bancos não as adquirem. “É o que vai acontecer, os bancos vão solicitar menos, mas por falta de liquidez”, acrescenta o adminis-

trador de uma outra instituição bancária também do ‘top 5’.

Hamilton Macedo, presidente da associação das casas de câmbio, também concorda que a “medida vai, de alguma maneira, reduzir a capacidade dos bancos de participarem nos leilões”.

Por sua vez, o economista Alves da Rocha lembra que as medidas resultam das orientações do FMI, interrogando-se se o Executivo “tem noção” das possíveis consequências. “O que não sei é se sabem dos efeitos”, inverte, estimando que as medidas vão provocar “mais desvalorização e mais inflação”, e que as “pessoas já estão desesperadas”.

Para o director do Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica, o BNA e o FMI têm como limite deixar as pes-

soas sem dinheiro (kwanzas) para a aquisição de divisas e, desta feita, estabilizar o câmbio, mas alerta que o sucesso pode chegar tarde. “Não sabemos quanto tempo isso levará e se quando acontecer terá pessoas para animar a economia.”

Alves da Rocha entende que a decisão do BNA de liberalizar o câmbio “pode ser para contornar a inflação que está bastante descontrolada”, enquanto o aumento do coeficiente do depósito seja para tentar “controlar as reservas internacionais” que continuam em queda. “A falta de divisa é real e o BNA tem de tomar medidas. Está a utilizar os instrumentos tipicamente monetários”, explica.

O empresário Pedro Godinho entende, por seu lado, que a crise de cambiais “não será resolvida com

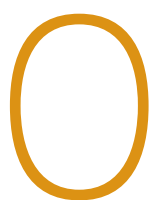
decretos e medidas”, mas pelo equilíbrio entre a oferta e a procura. “É necessário que se crie um gabinete de crise e que se escolha um sector que consiga trazer cambiais já amanhã. Temos este sector, é o do turismo”, defende.

Entre outras medidas o Banco Nacional de Angola decidiu, na sessão extraordinária do CPM, de 23 de Outubro de 2019, remover a margem de 2% sobre a taxa de câmbio de referência, praticada pelos bancos comerciais na comercialização de moeda estrangeira no mercado interbancário e aos clientes. E reajustou o coeficiente de reservas obrigatórias em moeda nacional, passando de 17% para 22%. O banco central justifica as medidas com a necessidade de “consolidar o novo regime cambial”.

O BNA LANÇA, em parceria com o Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação, o 'Laboratório de Inovação do Sistema de Pagamentos' (Lispa), com o objectivo de promover a inovação na oferta de produtos e serviços financeiros, estando as inscrições de ideias e projectos abertas até 24 de Novembro.

HAMILTON MACEDO, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DAS CASAS DE CÂMBIO

“Somos vítimas das duas crises, a financeira e a cambial”



O BNA anunciou novas medidas para o mercado cambial. Como perspectiva o futuro imediato das casas de câmbio?

O futuro é reservado, ninguém consegue inventar ou fazer futurologia neste cenário de crise e com estas medidas liberais. No passado, fomos apologistas desta liberalização de taxas. No momento em que estamos, e falo propriamente do ambiente económico, em que as empresas não apresentam saúde financeira para aguentar novos embates, com a liberalização, há mais espaço para navegar no mercado, que é cada vez mais pequeno. A medida peca por chegar tarde, mas também muito desajustada ao estado em que se encontram as empresas e, no geral, as famílias em Angola.

Uma das medidas é o aumento do coeficiente das reservas obrigatórias. Os bancos dizem que vão comprar menos divisas. É um cenário bom ou mau para as casas de câmbio?

Esta medida vai, de alguma maneira, reduzir a capacidade dos bancos em participarem nos leilões e reduzir de forma significativa as disponibilidades em moeda física, logo haverá menos dinheiro a circular na economia. Por um lado, é bom, acautelam-se riscos, mas, por outro lado, vai provocar uma desaceleração da nossa economia e provocar reacções que poderiam prejudicar a estabilidade social. Estamos a testar a capacidade de pessoas que já não têm mais



Hamilton Macedo,
presidente da
Associação das
Casas de Câmbio

O momento não é o melhor para nenhum sector e o nosso é o mais prejudicado, somos vítimas das duas crises.

tolerância e as consequências vão ser evidentes. No fundo, estamos a semear o que queremos colher. Vamos confundir o mercado e atrapalhar o quotidiano das empresas. A consequência será a dimensão das medidas que, pelos vistos, não param com a alteração de polí-

ticas do mercado cambial. Não nos podemos esquecer do IVA e da possível retirada da subvenção dos combustíveis.

As casas de câmbio sentem-se particularmente prejudicadas?
A vida das empresas do sector depende da capacidade de

invenção de cada empresário e das disponibilidades em moeda estrangeira a ser captada fora da banca e a disponibilizada pelos bancos que, sabemos, não cobre as necessidades actuais do mercado. Logo, o momento não é o melhor para nenhum sector e o nosso é o mais prejudicado, somos vítimas das duas crises: a financeira e a cambial.

Há quem defenda que as novas medidas favorecerão o mercado informal de câmbio. Concorda?

O mercado informal, neste ou noutros contextos, sai sempre a ganhar. Quando se retira a capacidade de o mercado crescer à luz de um quadro legal de equilíbrio, quando há uma grande queda para a economia informal, estas medidas não são inclusivas, mas sim de exclusão. E cria-se potencialidade para a informalidade da economia. Acredito que não é essa a visão do Estado. Tudo se pensa e se tenta fazer para combater o mercado informal. Falhámos nas medidas no passado e continuamos a falhar nos dias de hoje.

Qual é a actual e real situação de liquidez das casas de câmbio para fazer face a este novo momento do mercado cambial?

Não é das melhores. O sector não está bem e a tendência será, sem dúvida, piorar, com a redução da capacidade de intervir no mercado, embora se pense que a falta de intervenção esteja na capacidade de pressionar ou não a compra de divisas. A nossa visão vai mais longe e prende-se claramente com a longevidade do sector e não propriamente com a possibilidade de fazer mais ou menos pressão ao mercado.



TRANSACÇÕES

Negócios da bolsa crescem 20,6%

O volume de negócios da Bolsa de Dívida e Valores de Angola (Bodiva), em Setembro, foi de mais de 78,08 mil milhões de kwanzas, registando-se um crescimento de 20,65%, face aos valores negociados em Agosto.

O crescimento foi assegurado, sobretudo, pelo Mercado de Registo de Operações sobre Valores Mobiliários (MROV) que garantiu um crescimento de 136,87%, passando de mais de 10,8 mil milhões de kwanzas para mais de 25,7 mil milhões. Concorreu também para o crescimento a primeira operação do ano do Mercado de Bolsa de Obrigações Privadas (MBOP), avaliada em 47 mil milhões de kwanzas.

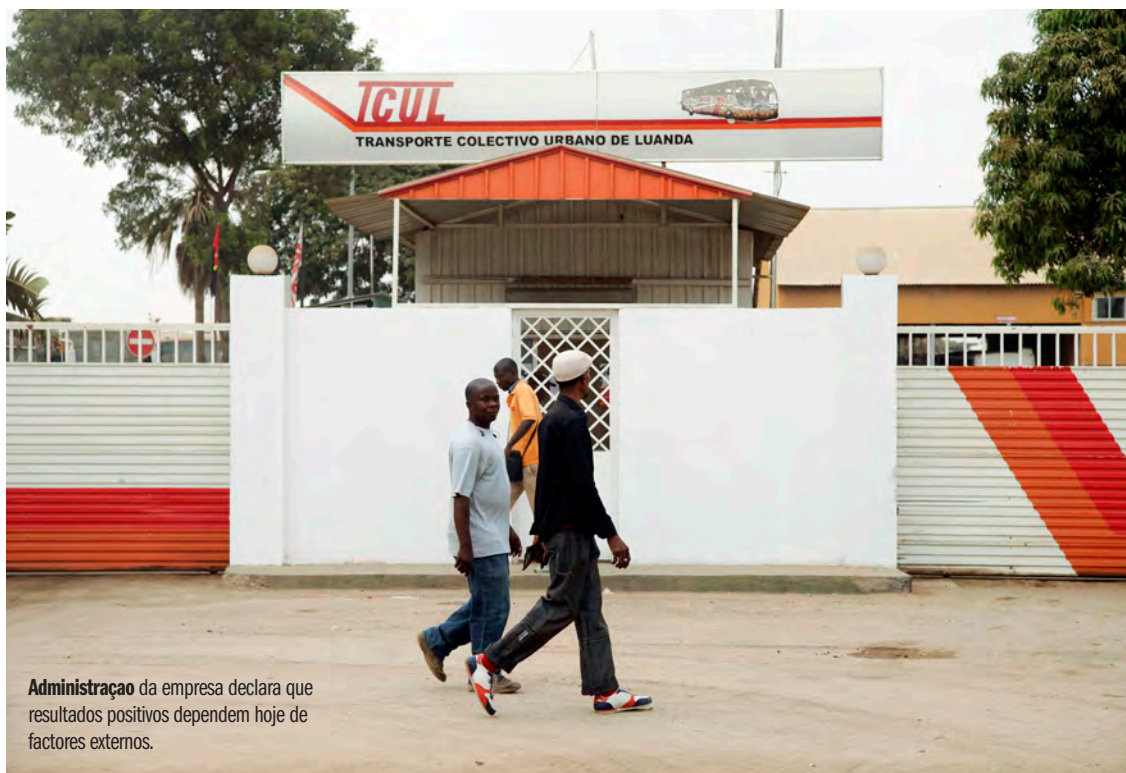
Estes ganhos compensaram a perda de 2,92% no Mercado de Bolsa de Títulos do Tesouro (MBTT) onde foram negociados mais de 52,2 mil milhões de kwanzas contra os 53,8 mil milhões de kwanzas de Agosto quando também se registou uma queda face a Julho, mês em que foram negociados 58,7 mil milhões de kwanzas.

No global, nos nove meses de 2019, foram negociados mais 642,5 mil milhões de kwanzas, um crescimento de 7,2% face ao período homólogo de 2018 em que foram negociados mais de 598 mil milhões de kwanzas.

Mercados & Negócios

EM NEGOCIAÇÕES COM A SEGURANÇA SOCIAL

TCUL reforma mais de uma centena de trabalhadores



Administração da empresa declara que resultados positivos dependem hoje de factores externos.

TRANSPORTES. Acordo para aposentar trabalhadores pode ser assinado esta semana. Administração interina revela que os problemas de greves e salários em atraso fazem parte do passado.

Por Isabel Dinis

A empresa de Transportes Urbanos de Luanda (Tcul) prevê, para este ano, enviar para a reforma mais de uma centena de trabalhadores que já aguardam a aposentação oficial em casa, mas cujo processo está dependente do pagamento da dívida acumulada da empresa à segurança social.

As duas instituições têm estado a negociar e a Tcul prevê que os encontros possam resultar na assinatura, ainda esta semana, de um memorando de entendimento para reformar 113 (pelo tempo de trabalho ou/e idade avançada) dos seus 1.776 trabalhadores.

No relatório e contas referente a 2018, a Tcul explica que o pagamento da dívida está dependente do subsídio operacional ou do apoio do Estado, que é o detentor da empresa.

Além de reformar os trabalhadores, a empresa tem ainda em carteira o pagamento de indemnizações a 156 trabalhadores doentes há mais de um ano. A efectivarem-se os planos, a transportadora diminuiria 269 efectivos, 15,15% do total de trabalhadores.

O presidente do conselho de administração interino, Pedro Pereira, garante que a empresa está a fazer um “esforço” para resolver, ainda este ano, a dívida da segurança social de Junho de 2015 a Maio do ano passado.

No acordo a ser assinado esta semana, está previsto o pagamento da dívida de forma parcelar. “Temos trabalhadores a quem continuamos a pagar salários, mas já estão

113

Total de funcionários que a empresa conta passar para a reforma, por limite de idade e por tempo de trabalho.

na condição de reformados. Com a assinatura deste acordo, haverá um compromisso com a segurança social que vai permitir mensalmente, de forma proporcional aos pagamentos, que um número significativo de efectivos seja aposentado. Quando chegarmos a uma quinta prestação, os que deveriam ir para a reforma vão na totalidade e entraremos na normalidade.”

RELATÓRIO ‘ARRASA’ TRABALHADORES

Assim como nos anos anteriores, a transportadora voltou a registar resultados negativos. No relatório vem expresso que, apesar dos grandes investimentos que o Estado realizou, de 2009 a 2017, na Tcul, os resultados continuaram no ‘vermelho’ porque “o maior problema da empresa, que são os recursos humanos, não foi acautelado”.

O documento refere que os anteriores processos de recrutamento, selecção, contratação de pessoal e promoções de categoria e nomeação para a função de chefia “não ocorreram segundo critérios objectivos”. O que impôs a necessidade de saneamento do pessoal ou reconversão de carreiras, atra-

vés da avaliação de desempenho dos seus colaboradores e ou reconversão de carreiras.

Apesar de tentar dar um salto na fiscalização do tempo de serviço dos funcionários, com a instalação do sistema biométrico, o controlo ainda é feito de forma manual.

‘NOVA’ ADMINISTRAÇÃO APRESENTA ‘NOVA’ TCUL

A actual administração da Tcul garante ao VALOR que “a empresa que todos conheciam com greves e problemas de salários ficou no passado”. Segundo o PCA interino, a transportadora chegava a ter até cinco meses de salários em atrasos e actualmente, até Outubro, já começou a ser pago. Pedro Pereira assegura que esta é a “nova Tcul, diferente da anterior e que já proporciona subsídios de alimentação”, estando a empresa a ser gerida com espírito de “humildade e gratidão”.

Sem grandes expectativas, Pedro Pereira prevê, para os próximos anos, relatórios e contas mais bem conseguidos, sendo que, para conseguir resultados positivos, a Tcul depende de factores externos. “Se dependesse da Tcul, teríamos resultados positivos. A empresa vem de anos em que os relatórios não são aprovados pela quantidade de reservas. Criámos uma comissão liderada pelo director financeiro com o objectivo de eliminar as reservas do auditor externo, mas entrámos numa situação em que percebemos que dependemos de outros agentes externos. Estamos a trabalhar com o único accionista, que é o Estado, para que o relatório de 2019 e 2020 melhore”, explica o gestor.

A Tcul é a única operadora urbana de passageiros do Estado. No ano passado, transportou mais de 20 mil passageiros dos 22 mil previstos.

LIGA NOS

zap



ACOMPANHE O MELHOR
DO FUTEBOL PORTUGUÊS!

SPORT • TV **ÁFRICA** CANAIS 20 E 21HD

3TV CANAL 24

EXCLUSIVO ZAP DISPONÍVEL NO PACOTE **ZAP PREMIUM**

APOIO AO CLIENTE:

935 555 500 | apoio.cliente@zap.co.ao
TODOS OS DIAS, INCLUINDO FERIADOS, DAS 7:00 ÀS 24:00

INFORMAÇÕES SUJEITAS A ALTERAÇÕES

SIGA-NOS EM:    

+ INFO EM: www.zap.co.ao

(In)formalizando

EM APENAS 10 MESES

Primeiro 'crowdfunding' angolano arrecada três milhões de kwanzas

STARTUPS. Fundadora da plataforma ganha em cada campanha de 'angariação' uma comissão de 5% do montante solicitado para uma determinada causa social. Bantu Markers tem uma centena de projectos em análise e encontra-se na fase de 'caça' de talentos.

Por Antunes Zongo

O primeiro portal de 'crowdfunding' angolano de angariação financeira para apoio social arrecada três milhões

de kwanzas, com mais de três campanhas iniciadas em Janeiro.

Criado pela 'startup' Bantu Markers e denominado Deya, o portal é um espaço em que pessoas individuais e instituições, públicas e privadas, podem dar início a uma campanha de recolha de montantes financeiros para apoiar vítimas de fenómenos nefastos, como a seca, fome, doenças, entre outros males. Além de outras iniciativas que sejam de cariz social, como apoio à educação, ambiente ou ajuda às mulheres empreendedoras.

A plataforma tem três campanhas, em que duas são promovidas por alguns lares de apoio às crianças e associações de ajuda às famílias carenciadas. A outra campanha é sobre a seca no Cunene, da iniciativa da associação dos colaboradores do Mercado de Capitais. Sozinha, essa campanha arrecadou, nos últimos dez meses, cerca de 1,2 milhões de kwanzas, representando cerca de 40% dos três milhões de kwanzas arrecadados no total.

Boa parte dos projectos iniciados em Janeiro terminou no meio do ano. Os mais populares são sobre a seca, bem como sobre o Lar Nazaré e de ajuda a



Vanda de Oliveira, co-fundadora da 'Bantu Markers'.

uma menina com menos de um ano, que se encontrava internada no hospital David Bernardino e cujo quadro clínico exigia cuidados não disponíveis naquele hospital público. Esta campanha, embora popular, dado o número de participantes, arrecadou apenas 172 mil kwanzas, e o do Lar Nazaré, uma residência para aco-

lhimento de vítimas de violação sexual, abandono entre outros, alcançou 126 mil kwanzas. O financiamento visa a construção de seis salas de aula e outros apetrechos.

Para criar uma campanha de angariação de fundos, basta aderir à página deyamais.com na internet e determinar o prazo de duração da campanha, bem como o montante que espera arrecadar. A 'Bantu Markers' fica com 5% do valor determinado. Ou seja, caso o projecto angarie o montante determinado período antes do fim do prazo, a 'startup' não tem interferência no montante subsequente, ficando apenas com os 5% do valor determinado. Os pagamentos são feitos por transferências bancárias ou por 'PayPal', um cartão pré-pago virtual, que permite fazer compras em sites internacionais. A plataforma foi criada em 2017, mas só em 2018 passou a operar em pleno.

Ao VALOR, Vanda de Oliveira, co-fundadora da 'Bantu Markers', considera 2019 como a melhor época da empresa por, segundo sublinha, ser o período que a instituição tem registado não apenas mais fluxo na página, mas também mais arrecadações. Os 10 meses deste ano representam um aumento de 60% em relação ao mesmo período do ano transacto.

Além do 'Deya', a 'Bantu Markers' tem cerca de 100 projectos em análise e, segundo Vanda de Oliveira, está à procura de talentos para dirigir determinados projectos que possam vir

a ser aprovados. "Somos uma empresa que cria empresas no sector da tecnologia. Diferente das empresas convencionais, o nosso objectivo é lançar produtos e só depois a transformamos em empresa. Não formalizamos inicialmente uma empresa, porque em muitos casos as empresas têm uma alta taxa de mortalidade, por isso optamos por criar o produto, sempre na área da tecnologia, e caso se revele viável, aí legalizamos", explica a co-fundadora da 'Bantu Markers', para quem as dificuldades devem ser aproveitadas para desenvolver tecnologia capaz de mitigar os impactos, e fazer negócio.

MERCADO MUNDIAL DE 'CROWDFUNDING'

A prática de 'crowdfunding' começou em 2005 e ganhou escala mundial a partir de 2009. Por hoje, há plataformas online de recolha de fundo em mais de 160 países. Dados disponíveis indicam que, nos EUA, o 'crowdfunding' é visto como um "importante centro de inovação", lançando diariamente novos produtos, artes e serviços, em campanhas que chegam a arrecadar 14 milhões de dólares em cada dois meses. Em 2014, por exemplo, o mercado de 'crowdfunding' norte-americano movimentou 16,2 mil milhões de dólares, representando um aumento de 167% em relação a 2013, quando as campanhas ao redor do mundo geraram seis mil milhões de dólares. As projeções indicam que o mercado pode chegar a pelo menos 90 mil milhões de dólares até 2025.

5%

do valor angariado no crowdfunding fica com a Bantu Markers.

O QUE É
ESSENCIAL
NOS DIAS
DE HOJE?

96.1 fm



De Jure

Carlos Teixeira, juiz conselheiro do Tribunal Constitucional



SEGUNDO ESPECIALISTAS EM DIREITO ADMINISTRATIVO

Reformas e Constituição estão desalinhas

QUADRO LEGAL. Estudiosos em matéria do Direito propõem ao Governo o reajustamento das reformas à 'Lei Magna', destacando a importância do alinhamento legal para o desenvolvimento do país.

Por Antunes Zongo

Diferentes especialistas do Direito, reunidos no primeiro Congresso Internacional do Direito Administrativo, em Luanda, consideram que muitas das reformas políticas, económicas e judiciais que vêm sendo realizadas têm “estado em desalinhamento” com a Constituição da República. E apelam ao Governo para o devido reajustamento, visando melhorar não só o quadro legal, mas tam-

bém contribuir para o desenvolvimento do país.

Ao VALOR, Carlos Teixeira, professor de direito na Universidade Agostinho Neto (UAN), aponta, como um dos exemplos de desalinhamento das reformas no campo político, a ausência de regras de impugnação de actos administrativos convergentes aos determinados pela Constituição da República de 2010, o que tem deixado “perplexos” os operadores do direito, sem saber o que fazer, dado que as regras de impugnação vigentes são ainda as previstas na Lei Constitucional de 1992. “A nova lei constitucional estabelece outro modo de organização da função administrativa e, não havendo correspondên-

cia, os cidadãos e os operadores do direito têm sentido dificuldades claras naquelas situações de controvérsia, não sabem como vão utilizar os mecanismos de impugnação à luz da nova realidade”, refere o agora também juiz conselheiro do Tribunal Constitucional.

Carlos Teixeira, que insiste no dever de se criar um “alinhamento” das reformas económicas, políticas e da organização judiciária, entre outros, à Constituição, destaca haver necessidade de se fazerem alguns “ajustamentos” nas reformas económicas em curso.

Por exemplo, “nós reafirmamos na Constituição que queremos uma economia de mercado. Numa economia de mercado, o Estado não é o principal promotor do emprego. O Estado apenas é um catalisador. Portanto, temos de saber dizer, saber fazer, e temos de reorganizar o mercado para que o próprio mercado dê solução aos problemas do desenvolvimento económico e aos problemas do emprego”, sublinha o académico, acreditando que o Governo tomará “boa nota” das propostas produzidas pelo 1.º Con-

gresso Internacional do Direito Administrativo, realizado entre os dias 21 e 22 deste mês, sob o lema o ‘Procedimento e contencioso administrativo na agenda da reforma do Estado’.

Carlos Teixeira convida os especialistas do direito público, administrativo e afins a “reunirem-se, de tempos em tempos, para fazerem uma aferição do estado” do progresso das diversas legislações e monitorar a execução das leis, desde a Constituição da República a outros instrumentos jurídicos.

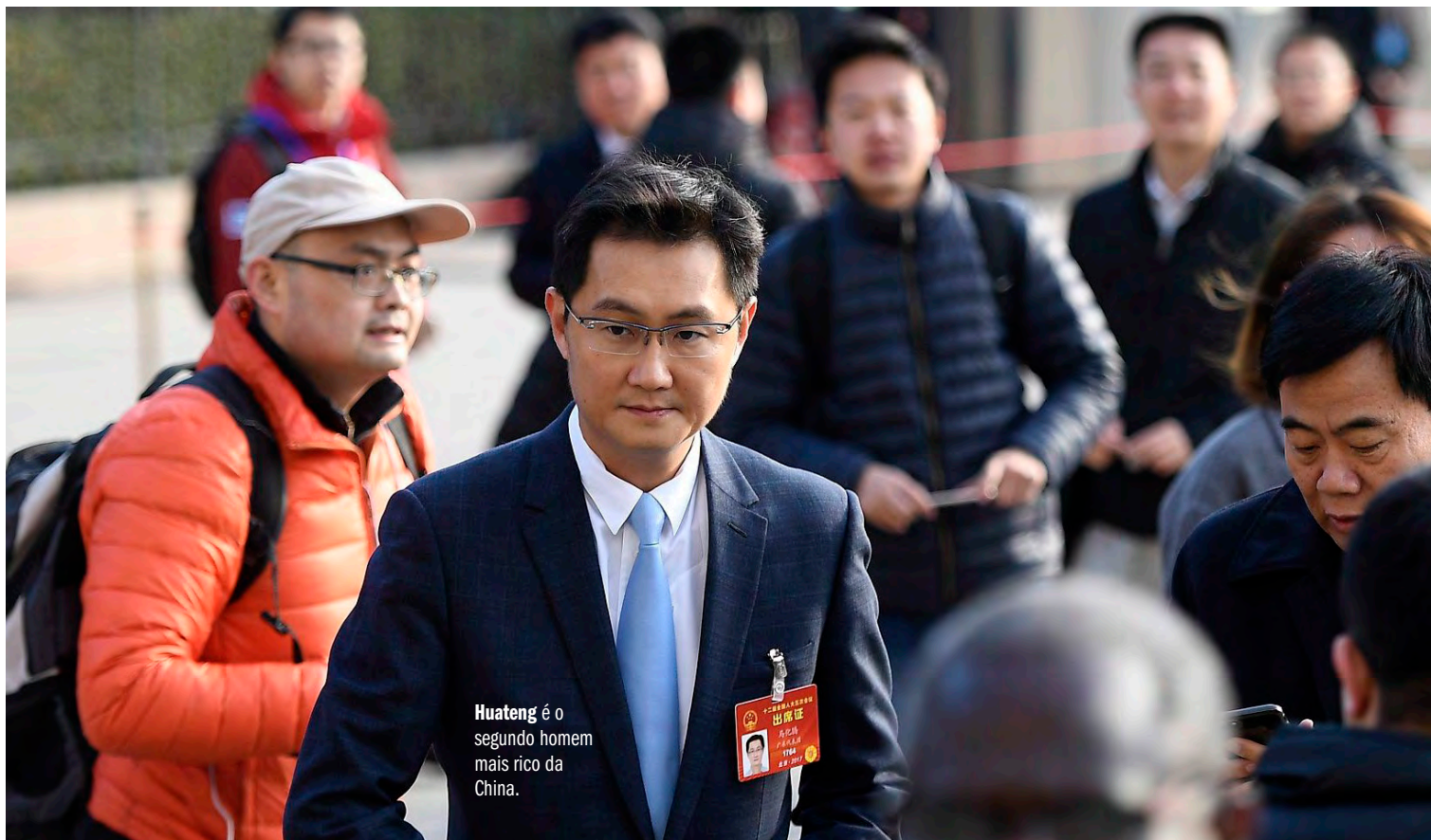
Além de estudiosos nacionais, o evento teve a participação de especialistas estrangeiros, com realce para o Brasil, Portugal e Cabo Verde, que contaram experiências dos respectivos países. Mas, para Carlos Teixeira, Angola “deve” optar por soluções de organização legal das instituições que se adequam à realidade do país.

Em exclusivo ao VALOR, o antigo primeiro-ministro de Cabo Verde, José Maria Neves, nota haver “ligeiros” avanços de Angola em matéria de reforma do Estado. Formado em Administração Pública, José Maria Neves

sublinha ser “desproporcional” comparar Angola a Cabo Verde, no âmbito das reformas, dado os aspectos históricos. “Angola teve um processo de transição turbulento, que levou largos anos de conflito. Não se fez uma transição do regime colonial para o novo Governo de forma natural. Já em Cabo Verde houve um processo diferente, com uma administração mais estável, estabilidade política e institucional”, analisa o alto quadro do PAICV.

José Maria Neves conta que, no início das reformas do Estado cabo-verdiano, foi criado o Ministério da Reforma do Estado, que teve um papel transversal no âmbito das reformas. Elaborou uma agenda de alteração dos aspectos políticos, desde a descentralização à comunicação social, passando pela justiça, trabalho e demais sectores.

O político não propõe o mesmo para Angola, mas espera que o país vá “gradualmente” alterando as regras “incongruentes” à Constituição e apela os governantes a tomarem nota das “constatações e inputs” académicos produzidos pelos estudiosos, no Congresso Internacional.



Huateng é o segundo homem mais rico da China.

FUNDOU COMPANHIA QUE HOJE VALE USD 500 MIL MILHÕES

Ma Huateng, o 'Rei da cópia'

FORTUNAS. Vigésimo na lista dos mais ricos do mundo, o chinês Ma Huateng é o fundador e CEO da Tencent, o grupo de telecomunicações que desenvolveu a app WeChat.

Por Redacção

Com 3,8 mil milhões de dólares, mas bem mais 'low profile' que o outro único asiático no top dos 20 mais ricos do mundo e rival da Alibaba, Jack Ma, o engenheiro Ma Huateng tem 47 anos e é formado em Arte e Ciência.

Fundou, com colegas, a Tencent em 1998 e a companhia passou a ser listada no 'New York Stock Exchange' dez anos depois, para valer hoje mais de 500 mil

MEMORIZE

Com o conglomerado contabilizando investimento em diversas áreas e particularmente plataformas online, Pony Ma é acusado frequentemente de ser "o rei da cópia". Jack Ma afirmou que o problema da Tencent é a falta de inovação ao que Pony respondeu: "N'ao há nada errado com a cópia"

176

Dólares, salário mensal com o qual começou o hoje segundo homem mais rico da China.

Ma Huateng usa, muitas vezes, o nome Pony Ma, que é a tradução do seu nome de família em inglês (cavalo). Tem uma fundação de caridade vocacionada para a educação, medicina e causas ambientais na China, a que doou mais de dois mil milhões de dólares em acções da Tencent, um dos maiores investimentos filantrópicos já registados. Um dos projectos incluía um hospital online que possibilitasse diagnósticos de saúde à distância, que iriam favorecer sobretudo as populações de zonas remotas da China.

milhões de dólares e tornar-se a quinta marca de mais valor no ranking global de 2018.

Actualmente, a maior companhia de videojogos do mundo e uma das maiores redes sociais com mais de mil milhões de usuários, a actividade do que se tornou um gigante no âmbito da tecnologia, tem um portfolio de investimentos vasto que inclui desde a inteligência artificial e robótica, à produção de música e cinema, passando pela entrega de comida, agricultura e pelo imobiliário.

A Tencent conta participações no Spotify, Snapchat e, na Tesla, a companhia ícone dos automóveis eléctricos, e o seu PCA Huateng, é conhecido por ser um adquiridor nato e agressivo ao estilo Warren Buffett.

Discreto, quase escondido, Ma Huateng, que detém menos de 10% da Tencent, é apologista de que, na China, as ideias não são importantes, importante é a execução.

Membro do partido Comunista da China é defensor do escrutínio e gestão da internet em prol da segurança de Estado e numa das raras ocasiões em que falou para a imprensa afirmou que "muita gente pensa que pode dizer o que quer e ser irresponsável, penso que isso é errado e, por isso, tentamos ter um melhor controlo da internet".

Hoje, um dos líderes mais influentes do mundo, Ma Huateng é um símbolo de superação porque começou a trabalhar muito jovem em software para paggers, com um salário de apenas 176 dólares por mês, para se tornar o segundo homem mais rico da China.

PROCESSADO

Com o conglomerado contabilizando investimento em diversas áreas e particularmente plataformas online, Pony Ma é acusado frequentemente de ser "o rei da cópia". Jack Ma afirmou que o problema da Tencent é a falta de inovação e de os seus produtos não passarem de "cópias". Em 1998 a AOL processou a Tencent pelo uso do domínio QICQ e foi bem-sucedida.

Em 2000 a Tencent mudou o domínio e, em 2003, lançou o seu portal QQ.com que, depois de um ano, já contava mais de 70% do mercado de mensagens instantâneas.

Opiniões

Gravidade da crise obriga todos a explicarem alguma coisa a alguém



César Silveira,
Editor Executivo
Valor Económico

O estado a que chegou a situação económica do país, sobretudo a alta de preços, motiva um interesse generalizado sobre o que está a acontecer. Chegou-se a um estágio em que todos se apercebem de que alguma coisa não está bem. Até mesmo as crianças não estão a ser poupadas. Os pais dão detalhes perante a necessidade de justificar a impossibilidade de atender algum pedido do filho e/ou face à necessidade de explicar a razão porque a mensalidade não foi paga a tempo de se evitar a expulsão da escola.

Zungueiras, roboteiros, desocupados, prostitutas e, inclusive, quem ocupa o tempo apenas e somente a beber estão interessados em saber a razão de em tão pouco tempo os preços dispararem como tem acontecido ultimamente. Cada um pede explicação a quem acredita entender melhor a situação. E os que acreditam saber de alguma coisa explicam o que acreditam saber. Há também os que, mesmo não sabendo, se sentem obrigados a dizer alguma coisa em defesa do estatuto de pessoa intelectual e

informada. Disseminam-se as supostas razões. Estas que, infelizmente, não cobrem as necessidades impostas pela inflação e pela desvalorização. Disseminam-se as justificações. Estas que vão deixando claro que, infelizmente, o povo se deixou levar pela divisão parida no MPLA. Uns a manifestarem-se lourencistas e outros eduardistas.

Uns defendem ferozmente que tudo é consequência da governação do passado, enquanto outros entendem que a culpa é das escolhas do presente, quando está mais que claro que é uma combinação de ambos. Está mais que claro que, considerando os erros do passado, o presente exige inteligências que foram ignoradas no princípio da governação.

Os erros do passado eram um facto. Nada mais poderia ser feito. Depositou-se a esperança no presente e existiram outras opções em relação às decisões tomadas. Era, por exemplo, possível não celebrar o acordo com o FMI agora. Era, por exemplo, possível não implementar o Iva numa altura em que as pessoas já estavam sem dinheiro. Era possível, antes de partir em busca de novos credores, reconquistar a confiança do maior credor até agora e renegociar condições para que o crédito do passado não pesasse tanto como está a acontecer. Era possível, considerando a escassez de divisas, apostar em sectores que depois de dois anos já estariam a parir alguma divisa.

Nada disso foi feito e, pelo que parece, não está a ser feito. E, por isso, dentro de dois anos, a crise de cambiais continuará...

O regime de regularização de dívidas à segurança social em Angola



Joana Ribeiro,
Manager EY, Tax
Services

Com a entrada em vigor do Decreto Legislativo Presidencial n.º 2/19, de 11 de Março, e considerando a necessidade de adopção do regime jurídico de regularização de dívidas à Segurança Social, bem como das respectivas modalidades de pagamento, com vista a assegurar a sustentabilidade financeira do Sistema de Protecção Social Obrigatória, este diploma veio definir o regime jurídico pelo qual se irá operar a regularização e cobrança da dívida dos contribuintes e beneficiários à Entidade Gestora da Protecção Social Obrigatória.

Este regime visa abranger todos os contribuintes vinculados à Protecção Social Obrigatória e que não tenham cumprido com a sua obrigação contributiva, pagamento de juros de mora e multas, bem como os beneficiários que tenham, de algum modo, recebido indevidamente quaisquer prestações sociais.

Considera-se dívida os montantes não pagos à Entidade Gestora

de Protecção Social Obrigatória, pelos contribuintes ou beneficiários, designadamente os relativos às contribuições, juros, multas, benefícios indevidamente recebidos e outras sanções pecuniárias relativas a custos e outros encargos legais.

Quanto às modalidades de regularização da dívida, as mesmas dividem-se da seguinte forma:

- A dívida à Protecção Social Obrigatória é regularizada através do seu pagamento voluntário ou no âmbito de processo de execução;
- As dívidas à Protecção Social Obrigatória de qualquer natureza quando não sejam pagas voluntariamente no prazo de três (3) meses são tituladas em certidão emitida pela Entidade Gestora de Protecção Social Obrigatória e participadas para execução.

De salientar que o regime prevê a possibilidade de ser realizado o pagamento integral voluntário da dívida à Protecção Social Obrigatória, a qualquer momento, tenha ou não o sujeito passivo sido objecto de emissão de certidão de dívida ou de instauração de processo executivo, desde que submeta requerimento para o devido efeito, podendo a entidade Gestora da Protecção Social Obrigatória decidir sobre a redução dos juros até ao limite máximo de 50%.

O regime prevê ainda a possibilidade de o devedor poder requerer o pagamento da dívida (incluindo os créditos por juros de mora vencidos), até 60 (sessenta) prestações mensais, no entanto, a mesma só

é atendida se o devedor estiver a pagar pontualmente as contribuições mensais e o mesmo for capaz de comprovar que não possui condições económicas para saldar a dívida de uma única vez.

A figura do acordo para a regularização da dívida, assume-se, por isso, como o instrumento jurídico pelo qual a Entidade Gestora da Protecção Social Obrigatória e o devedor estabelecem o modo de regularização da dívida, devendo o mesmo estar sujeito ao cumprimento de determinados elementos/requisitos legalmente previstos.

O não cumprimento das cláusulas do acordo, num período de 60 (sessenta) dias, constitui justa causa para a resolução do mesmo pela Entidade Gestora de Protecção Social Obrigatória, bem como o vencimento imediato de todas as prestações vincendas.

Sempre que um contribuinte ou beneficiário seja, simultaneamente, credor e devedor, a Entidade Gestora da Protecção Social Obrigatória deverá ainda proceder à compensação de créditos existentes.

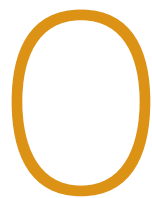
Por todo o exposto, afigura-se imperativo aos contribuintes compreenderem as potenciais oportunidades subjacentes ao regime, tomar uma atitude proactiva perante este contexto de flexibilização e solicitar os necessários esclarecimentos em sede própria, de modo a garantir uma maior eficiência na gestão das obrigações de natureza parafiscal.

“A experiência da zona euro mostrou como as uniões cambiais podem ser indisciplinadas e como é importante continuar a experimentar e a adaptar.”

Poderá uma união monetária na África Ocidental funcionar?



Simplicé A. Asongu



Os 15 países da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO)

concordaram em adoptar, a partir do próximo ano, uma nova moeda partilhada, o ‘ECO’. Mas, tal como a experiência da zona euro demonstrou, as uniões monetárias podem ser de difícil gestão. Criar uma que seja bem-sucedida exige que os países da CEDEAO superem sérios desafios. O trabalho do economista Robert Mundell sugere que uma “área monetária ideal” tem de satisfazer quatro condições principais. A primeira é um mercado de trabalho amplo e integrado que permita aos trabalhadores deslocarem-se facilmente por toda a união monetária para preencherem as lacunas de emprego. A flexibilidade de preços e salários, juntamente com a mobilidade de capital, também são necessárias para eliminar os desequilíbrios comerciais regionais. Estas duas condições implicam a necessidade de uma terceira: um mecanismo centralizado de transferências fiscais para países que sofram como resultado da mobilidade da mão-de-obra e do capital. Por fim, os países participantes deverão ter ciclos económicos semelhantes, para evitar um choque em qualquer área.

Os estados-membros da CEDEAO estão bem cientes dessas condições, que orientaram os seis critérios de convergência do ECO. Esses critérios incluem um défice orçamental abaixo de 3% do PIB; uma dívida pública não superior a 70% do PIB; uma inflação de 5% ou menos; e uma taxa de câmbio estável. Além disso, as reservas brutas em moeda estrangeira devem ser grandes o suficiente para fornecerem, pelo menos, três meses de cobertura das importações e o défice de financiamento do banco central não deve exceder 10% da receita tributária do ano anterior.

Até agora, os países da CEDEAO



estão a ter dificuldades em satisfazer esses critérios. Por exemplo, apenas cinco países – Cabo Verde, Costa do Marfim, Guiné, Senegal e Togo – satisfazem os requisitos em matéria de inflação e défices orçamentais. Essa realidade decepcionante levou Mahamadou Issoufou, presidente da CEDEAO e presidente do Níger, a confirmar que, enquanto “os países que estiverem preparados lançarão a moeda única” em 2020, “os países que não estiverem preparados ingressarão no programa, à medida em que forem cumprindo todos os seis critérios de convergência”.

E, no entanto, garantir que todos os membros satisfaçam os critérios de convergência é apenas o primeiro passo para se criar uma união monetária da África Ocidental bem-sucedida. Os países da CEDEAO são assolados pela insegurança e pela corrupção e actualmente têm muitas barreiras tarifárias e não tarifárias arbitrarias em vigor. Além disso, a infra-estrutura da cadeia de fornecimento da região permanece inadequada. E, se a Nigéria se juntar, a união poderá ficar sujeita a um desequilíbrio estrutural significativo: com a maior economia de África, a Nigéria é responsável por 67% do PIB total do bloco. Para complicar ainda mais, resta

saber até que ponto as forças externas, especialmente a França, moldarão a trajectória da união monetária. A CEDEAO inclui oito países francófonos – Benin, Burkina-Faso, Costa do Marfim, Guiné Conacri, Mali, Níger, Senegal e Togo – que tiveram uma moeda única, o franco CFA da África Ocidental, desde os dias do domínio colonial francês.

De facto, foi inicialmente proposto que os sete países restantes da CEDEAO – Cabo Verde, Gâmbia, Gana, Guiné Equatorial, Libéria, Nigéria e Serra Leoa – deveriam primeiro formar uma união monetária por conta própria. A partir do momento que essa nova união monetária provasse ser funcional e valiosa para os seus membros, seria muito mais fácil convencer aqueles que usam o franco CFA a juntarem-se aos seus parceiros da África Ocidental.

Afinal de contas, a moeda apoiada por França, actualmente indexada ao euro, oferece vantagens significativas, incluindo a estabilidade da taxa de câmbio e taxas de juro mais baixas. Os membros da união monetária do franco CFA da África Ocidental podem não querer arriscar esses benefícios ao ingressarem numa união monetária não comprovada com países que

têm um histórico de altas taxas de juro e inflação. E a própria França tem interesse na rejeição do ECO por parte dos países com o franco CFA, uma vez que eles depositam metade das suas reservas estrangeiras no tesouro francês.

Apesar destes extraordinários desafios, há razões para se ser optimista em relação ao ECO – a começar pelo seu potencial para acelerar a integração regional. Uma união monetária bem-sucedida da CEDEAO provavelmente estimularia o progresso nas zonas monetárias da África Oriental e Austral que foram propostas. Isso contribuiria muito para o avanço progressivo da ambiciosa Área de Livre Comércio Continental Africana.

A experiência da zona euro mostrou como as uniões cambiais podem ser indisciplinadas e como é importante continuar a experimentar e a adaptar. Uma união da CEDEAO não será diferente. Mas se os países membros se comprometerem a fazê-la funcionar, o ECO poderá ser um trunfo para o crescimento e desenvolvimento regional – e continental.

Economista chefe e director do Instituto Africano de Gestão e Desenvolvimento

Uma união monetária bem-sucedida da CEDEAO provavelmente estimularia o progresso nas zonas monetárias da África Oriental e Austral que foram propostas. Isso contribuiria muito para o avanço progressivo da ambiciosa Área de Livre Comércio Continental Africana.

Marcas & Estilos

Novas linhas

A Zara, como sempre, continua preocupada com a sua imagem. Daí que mantém a produção de roupas formais e casuais de qualquer estilo para as senhoras. Largas e confortáveis ou de fit skinny. Esta é uma boa época para descobrir as novas linhas.

Tendências clássicas

Os brincos são acessórios indispensáveis! Por isso vale a pena apostar para seguir as últimas tendências. A Waufer dispõe de brincos grandes e da moda, além dos clássicos de ouro e de prata.

Sons impolutos

Está a viajar e não consegue aproveitar a música por causa do barulho do motor? Ou na rua e as vozes das pessoas sobrepõem-se ao áudio que deseja ouvir? A solução para si são os auscultadores JBL.

Passos firmes

A New Balance trouxe o Horween, feito de couro Vachetta Tan. Parte da linha tem inspiração nos astros do jazz ou do rock. Bonitos, com acabamento à mão, tem qualidade que se esperam em calçados de passos firmes.

Horas de punho

Este relógio da Kinyued aparece na versão masculina com toques de safira, o que lhe confere uma imagem elegante. Os mostradores diversificam-se em prata e ouro, além de sugerir modelos automáticos e analógicos.

Refeições tecnológicas

O Cooktop é actualmente a opção mais moderna e tecnológica do mercado. É uma espécie de fogão que não produz chama e, logo, também dispensa gás. Por isso, ao invés de o calor ser gerado e transmitido à panela através de chamas, são transmitidas ondas electromagnéticas.



TURISMO

Contemplando a vida selvagem

É um Património Mundial da Unesco. Localizado entre a Tanzânia e o Quênia, Serengueti, com cerca de 13 mil quilómetros quadrados, é um dos lugares mais incríveis para se observar a vida selvagem. Na língua da tribo dos Massai, Serengueti significa 'grandes planícies'.

Elefantes, rinocerontes, hipopótamos, búfalos, zebras, antílopes, leões, leopardos, guepardos, hienas e macacos, além de aves de rapina de várias espécies, circulam livremente mais de 35 espécies de grandes mamíferos e cerca de 500 tipos de pássaros. Existem até passeios de balão para assistir à migração dos milhões de animais do alto. Há várias opções de hospedagem. Uma delas é o luxuoso Lake Ndutu Luxury Tented Lodge, que dispõe de mais de 20 quartos e um restaurante, onde pode degustar variedades asiáticas, europeias e africanas.



AUTOMÓVEL

Sonoridade harmónica

O Nissan Patrol 2020, recentemente apresentado em Abu Dhabi, já tem a presença confirmada para alguns países. Os espelhos poderão ser comandados por smartphone.

Por dentro, a consola central alberga um sistema multimédia de dois monitores com navegação por satélite e oferece conectividade Apple CarPlay e Android Auto.

O volante foi costurado à mão e complementa os assentos de couro com ponto de diamante. O con-

trollo climático e suporte lombar são accionados nos assentos dianteiros. O motor V8 combina com a transmissão automática de sete velocidades e uma caixa de transferência de baixo alcance. Os travões trazem detecção de peões e aviso de colisão.

O fabricante garante melhorias na sonoridade, vibração e aspereza, bem como aprimoramentos dos sistemas de fluxo de ar para um arrefecimento mais rápido.

AGENDA

LUANDA

31 DE OUTUBRO

Concerto de MCK, no Shopping Avenida (Zap Cinemas), às 19 horas. Ingressos a 3.000 kwanzas.

DE 1 A 3 DE NOVEMBRO

O grupo Horizonte Njinga Mbande estreia a peça 'Condolências', no seu auditório, a partir das 20 horas. Ingressos a 2.500 e 3.000 kwanzas.

2 DE NOVEMBRO

Concerto intimista de Wilmar Nakeni, na Casa Rede, às 19 horas. Ingressos a 3.000 kwanzas.

9 E 10 DE NOVEMBRO

O músico Totó ST lança o disco 'Nga Sakidila', a 9 de Novembro, na Praça da Independência, a partir das 8 horas e, a 10, na Casa da Juventude, em Viana, a partir das 9 horas.

28 DE NOVEMBRO

'Workshop' sobre 'O IVA e a sua Introdução em Angola', na Mediateca de Lunada, entre as 9 e as 13 horas.



A INSTRUMENTISTA gambiana Sona Jobarteh actua a 2 e 3 de Novembro, na Casa das Artes, em Talatona, Luanda, a partir das 19 horas. Ingressos a 7.000 kwanzas.

PRÉMIO NACIONAL DE CULTURA E ARTES, 2019

Teta Lando distinguido a título póstumo

O músico Alberto Teta Lando foi distinguido, esta segunda-feira, a título póstumo, com o prémio Nacional de Cultura e Artes na modalidade da música.

O júri, que anunciou os vencedores deste ano, em conferência de imprensa, em Luanda, destacou o conjunto da obra e a trajectória musical do artista.

De acordo com júri, as composições de Teta Lando “tornaram-se clássicas do cancionário angolano, interpretadas, gravadas em várias versões e adaptadas às novas correntes musicais de diversos ritmos angolanos por artistas nacionais e estrangeiros”.

Falecido em Julho de 2008, Alberto Teta Lando deixou um repertório em que se destacam músicas como ‘Um assobio meu’, ‘Negra de carapinha’, ‘Angolano segue em frente’, ‘Eu vou Voltar’, entre outras.

Além de vários LP, o artista deixou um legado em que se incluem discos ‘Esperanças Idosas’ e ‘Memórias’, este último uma coletânea de músicas escritas ao longo dos mais de 20 anos de carreira.

Teta Lando nasceu em 1948 em Mbanza-Kongo, antiga capital do Reino do Kongo, no Zaire. Intérprete e compositor, viveu vários anos em Paris (França), de 1978 a 1989, e foi presidente da União Nacional de Artistas e Compositores (Unac).

Entre os vencedores constam ainda o escritor luso-angolano José Eduardo Agualusa, o artista plástico Don Sebas Cassule e a Globo Dikulu, “pelo empenho na massificação das artes cénicas angolanas, com a realização anual do Festival Internacional de Teatro do Cazenga (Festeca)”, destaca o júri.

A lista inclui o pesquisador António Domingos ‘Tony Mulato’, na categoria de dança, pela dedicação na recuperação das danças carnavalescas, particularmente da cabecinha, com

o grupo União Njinga Mbande.

O cineasta Dorivaldo Cortez foi distinguido na categoria de Cinema e Audiovisual, fruto da acção criativa na valorização e promoção da produção cinematográfica angolana.

Na vertente da investigação em ciências humanas e sociais, o prémio foi atribuído à historiadora Constança Ceita, pela obra ‘O estranho destino de um sertanejo na África: a transculturação de Silva Porto- 1838-1890’.

O Prémio Nacional de Cultura e Artes é a mais importante distinção do Estado na cultura, tendo como principal objectivo incentivar a criação artística e cultural, bem como a investigação científica no domínio das ciências humanas e sociais.

Constitui uma homenagem e incentivo ao génio criador dos angolanos, de modo a perpetuar, entre os cidadãos, ideias tendentes à compreensão das múltiplas formas da criação artística e diversidade das manifestações linguísticas e culturais do povo e da Nação.



Teta Lando faleceu em 2008 e deixou um vasto repertório musical.

Mário Mujetes © VE



António de Oliveira ‘Delon’, presidente da Comissão Eleitoral Nacional (CEN)

DILIGÊNCIAS COMEÇAM ESTA SEMANA Eleições na UNAC-SA remarcadas para Novembro

As eleições na União Nacional dos Artistas e Compositores Unac-SA foram remarcadas para 23 de Novembro deste ano, anunciou, em Luanda, o presidente da Comissão Eleitoral Nacional (CEN), António de Oliveira ‘Delon’.

A remarcação da data, inicialmente prevista para 17 de Agosto do ano passado, surge na sequência da decisão do Tribunal Provincial de Luanda que considerou “improcedente” a reclamação da lista B, cuja providência cautelar fora interposta a 1 de Agosto.

A lista B, liderada pelo guitarrista Belmiro Carlos, na altura, acusava, na providência cautelar, a CEN de praticar actos que “ferem a lisura, a transparência, a imparcialidade e a seriedade do processo”, entre os quais “a exclusão de artistas sem consultar previamente as comissões eleitorais locais, ‘pendurando-se’ em elementos novos (não mencionados), que não constam do instrutivo através do qual todos os membros da Unac-SA foram instados a regularizar as suas quotas para participar no processo”.

Na providência cautelar, a lista B avançava ter submetido uma reclamação junto a CEN onde indicava a existência de irregularidades nos cadernos de Luanda, Benguela, Malanje, Huambo e Cabinda, principal-

mente nas últimas quatro, que viram reduzir o número de eleitores para mais de 70 por cento “sem razões aparentes”.

A lista B considerava não serem reais os números da população votante apresentados nos cadernos eleitorais das localidades, reafirmando que Cabinda conta com 134 eleitores em condição de votar e não os 107 aprovados pela CEN, Malanje com 234 (ao contrário dos 42 anunciados), Benguela com 264 (em oposição aos 134 incluídos nas listas) e que no Huambo devem votar 591 eleitores contra os 107 registados nos cadernos eleitorais.

De acordo com António de Oliveira ‘Delon’, a partir desta semana, devem começar as diligências pelas delegações provinciais para o acto eleitoral. Depois de uma reunião com as duas listas (A e B) durante a qual deu a conhecer o resultado do Tribunal Provincial de Luanda, ‘Delon’ considera estarem criadas as condições para que se realizem as eleições a 23 de Novembro.

Concorrerem o músico Zeca Moreno, a liderar a lista A, e o guitarrista Belmiro Carlos, como líder da lista B.

Proclamada há 29 anos, a Unac-SA congrega compositores, músicos, actores cénicos, coreógrafos e bailarinos. E junta mais de seis mil membros, com a finalidade de dinamizar a dança, o teatro, a música, entre outros.

NÚMEROS DA SEMANA

61

Milhões de dólares, valor global de 16 propostas de investimento privado implementadas este ano que deram entrada na Aipex.

2

Mil milhões de dólares, valor que o consórcio entre a Sonangol, Chevron, Total e Eni pretende investir na produção de gás, segundo o presidente do conselho de administração da ANPG, Paulino Jerónimo.

10

Mil, número de postos de trabalho que o projecto de construção de uma fábrica de fertilizantes entre angolanos e russos prevê gerar, segundo os promotores.

7

Meses, período em que está assegurada a importação de bens e serviços, considerando o valor das RIL, avaliadas em 10 mil milhões de dólares, segundo o governador do BNA, José Massano.

AMBIENTE DE NEGÓCIOS NO 'DOING BUSINESS' 2020

Angola é a pior das economias lusófonas



O Índice 'Doing Business' é liderado pela Nova Zelândia.

O mais recente relatório do índice 'Doing Business', do Banco Mundial, que avalia o ambiente de fazer negócios, coloca Angola na 177ª posição, sendo o pior entre os países lusófonos. Na análise a um total de 190 economias, à excepção da Guiné-Bissau, todos os restantes países da lusofonia caíram. O melhor colocado é Portugal na 39ª posição, mesmo depois de perder cinco lugares. O Brasil, que caiu 16 posições, segue-se entre os países que falam português, na 124ª posição.

Cabo Verde, por sua vez, lidera entre os lusófonos em África, ao posicionar-se no 131º lugar. A Guiné-Bissau que, em relação ao relatório de 2019, troca a posição

de pior país com Angola, coloca-se na 174ª posição, melhorando um posto. Moçambique perdeu três lugares, ainda assim muito melhor colocado que Angola na 138ª posição.

Angola é particularmente penalizada com a deterioração de indicadores como o acesso ao crédito, o fornecimento de energia eléctrica, a facilidade do comércio transfronteiriço, a facilidade de registo de propriedades e a fiabilidade na execução de contratos. Neste quesito, segundo o Banco Mundial, Angola é somente um dos quatro piores países do mundo para se fazer negócios.

O Índice 'Doing Business' é liderado pela Nova Zelândia, seguida da Dinamarca. Entre os países a sul do Sahara, Nigéria e Togo foram os que registaram melhorias mais significativas.

JOÃO LOURENÇO MEXE NA COMUNICAÇÃO SOCIAL E NAS EMBAIXADAS

João Melo exonerado e Nunda embaixador

O deputado do MPLA Nuno 'Carnaval' foi nomeado ministro da Comunicação Social, em substituição de João Melo, exonerado na segunda-feira à noite pelo Presidente da República.

Na nova 'onda' de mexidas na governação, João Lourenço coloca o antigo chefe de Estado-Maior

General das FAA, Geraldo Sachi-pengo Nunda, na embaixada do Reino Unido e Irlanda do Norte.

Da embaixada britânica, sai Rui Mangueira. Também o embaixador na Costa do Marfim, Mário Félix, foi exonerado.

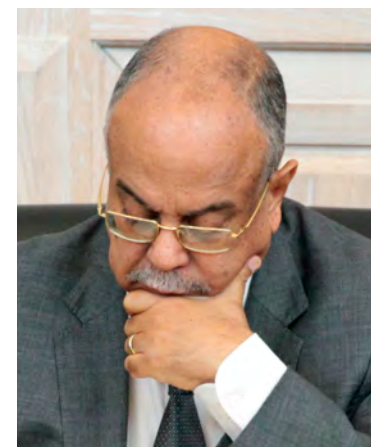
Feliciano dos Santos foi escolhido para liderar a embaixada da Polónia.

Desde 2017 no cargo de ministro da Comunicação Social, João Melo reagiu à exoneração com um lacónico comentário no Twitter,

uma hora depois do comunicado presidencial: "Deixei de estar ministro. Vou ser o que de facto sou: jornalista, escritor e professor".

Nuno Albino, mais conhecido por Nuno 'Carnaval', foi um destacado dirigente da JMPLA. Foi, aliás, porta-voz do recente congresso da organização juvenil do MPLA.

Geraldo Nunda foi exonerado de chefe de Estado-Maior General das FAA em Abril do ano passado, passando à reserva.



Descarregue a App

Visite o website: www.valoreconomico.co.ao

